

# **Acordo de Nkomati: a política sobre o legalismo**

N. 20/3/84

*colaboração especial da AIM*

Um facto notável no Acordo de Nkomati é que o seu conteúdo político se sobrepõe aos aspectos «legalistas», estabelecendo a «boa fe» como princípio básico para a forma como deverá ser julgada a aplicação do Acordo.

O texto do Acordo é suficientemente curto para que ao longo dos seus 11 artigos se tenham evitado as ratoeiras dos «ses e mas».

Há a referência ao recurso da mediação por terceiras partes, mas a principal arena para as soluções dos problemas que possam surgir será a negociação directa. Os artigos sobre a «Comissão de Segurança Conjunta» são uma clara indicação disso. Ela irá reunir-se regularmente e poderá tomar medidas temporárias em casos de urgência.

Esta faceta do Acordo de Nkomati surge como resultado de um contexto mais amplo: durante as conversações Moçambique e a África do Sul constataram que quanto menos fosse a interferência de potências estrangeiras na região, melhor.

Talvez se deva recordar aqui a insistência do Presidente Samora Machel sobre a «maneira africana» de procurar um acordo através do qual a palavra de honra tem mais valor do que uma série de mecanismos complexos de fiscalização. Foi isto que o líder moçambicano disse a Roelof Botha quando recebeu os três ministros da delegação sul-africana às conversações de Maputo a 20 de Fevereiro.

O encontro do Major-General Jacinto Veloso e outros ministros moçambicanos com o Primeiro-Ministro Pieter Botha na Cidade do Cabo, a 2 de Março, consolidou este aspecto.

E assim deve ser, porque não é a quantidade do jargão jurídico que conseguirá garantir a paz.

Para Moçambique não foi fácil confiar na outra parte, depois de 20 anos de ataques regulares provenientes da África do Sul. O exército sul-africano teve soldados a lutar ao lado do exército colonial português no início dos anos sessenta, e de novo nos anos setenta, desta feita juntamente com rodesianos, e mais tarde ajudou Ian Smith nos quatro anos de agressões contra Moçambique independente.

Desde 1980 organizou e apoiou os bandidos armados num amplo processo de desestabilização e destruição dentro do território moçambicano, e atacou directamente Moçambique com tropas regulares e força aérea.

Por isso, a confiança que Moçambique deposita nas declarações de Pieter Botha sobre uma normalização das relações, tem sido a coluna vertebral para estas negociações. Trata-se fundamentalmente, duma leitura do factor objectivo de que a África do Sul tem interesse no Acordo.

A este respeito, o Acordo de Nkomati recorda a posição do Presidente Samora Machel em relação ao Governo britânico quando as conversações de Lancaster House estavam a ser preparadas após a Cimeira da Commonwealth, em Agosto de 79 em Lusaka. Samora Machel transmitiu ao Primeiro-Ministro Margaret Thatcher que acreditava no desejo da Grã-Bretanha de ver a Rodésia vir a ser Zimbábue através de eleições livres e democráticas.

Uma vez mais, o Presidente moçambicano usou esta forma

directa de resolução de um velho problema que data de há vinte anos. E isso trouxe resultados.

Na sua maneira frontal, Samora Machel evitou que o Acordo tivesse como base a desconfiança do passado, escolhendo, em vez disso, a esperança de um futuro de relações de boa vizinhança.

Em resumo, pode-se dizer que o engajamento e seriedade

têm sido a metodologia dominante até aqui, e conseguiram muito mais do que se conseguiria com um livro inteiro de leis. Deve-se agora esperar que o engajamento e a seriedade continuem a servir de base à coexistência num processo de relações futuras entre duas sociedades que se manterão politicamente distanciadas uma da outra até que o «apartheid» seja uma coisa do passado.

